

PARECER TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO

SOLICITANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

ORIGEM: TOMADA DE PREÇO 014/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA E.M.E.F. ELMIRO MANOEL DE CARVALHO - POLO DO LIMONDEUA - LOCALIDADE DE FAZENDA REAL - PADRÃO FNDE NO MUNICÍPIO DE VISEU/PA.

FINALIDADE: 2º ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 275/2022/CPL.

I. DA COMPETÊNCIA

A competência e finalidade do Controle Interno estão prevista no art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe dentre outras competências: realização de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades próprias do ente federado, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de avaliar seus resultados quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nos termos da Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014, além do disposto no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014, segundo as quais, em virtude do processo licitatório implicar em realização de despesa, resta configurada a competência desta Coordenação de Controle Interno para análise e manifestação.

II. INTRODUÇÃO

Foi encaminhado a esta Coordenação de Controle Interno, para apreciação, manifestação quanto à legalidade e verificação das demais formalidades administrativas, e conseqüente elaboração de Parecer referente à realização do **2º ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 275/2022/CPL, CELEBRADO COM A EMPRESA CONSTRUTORA NORTE ALFA LTDA, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 014/2022.**

A solicitação de prorrogação do prazo foi feita pela empresa em 29 de janeiro de 2024 à Sec. de Educação, conforme consta nos autos.

Por sua vez, a Sec. de Educação encaminhou o ofício nº 089/2024-GS/SEMED/PMV com a solicitação da empresa à Sec. de Obras para que fosse feita uma análise técnica da execução da obra para ver a necessidade do referido termo aditivo de prazo solicitado.

Em resposta ao solicitado pela Sec. de Educação, a Sec. de Obras encaminhou através do ofício nº

19/2024/GS/SEMOB/PMV, a justificativa técnica e relatório fotográfico elaborada pelo então Sec. de Obras e Engenheiro Civil Carlos Augusto. Justifica-se a solicitação de prorrogação sob o fundamento de que a obra encontra-se concluída, mas há pendências de repasses de recursos financeiros junto ao FUNDEB, que está gerando atrasos no pagamento junto à empresa contratada uma vez que a execução financeira se encontra em 37,57%.

O contrato mencionado foi celebrado para vigorar inicialmente de 24 de agosto de 2022 a 24 de agosto de 2023. Foi prorrogado o prazo através do primeiro termo aditivo de prazo, que prorrogou o contrato até o dia 20 de fevereiro de 2024, conforme justificativas já mencionadas. Com a aproximação do fim da vigência contratual novamente, há a necessidade de se prorrogar mais uma vez o contrato através do segundo termo aditivo de prazo em mais 180 dias, ou seja, de 20 de fevereiro de 2024 a 18 de agosto de 2024, conforme solicitação de prorrogação e parecer técnico.

No dia 01 de fevereiro de 2024 a Sr^a. Sec. de Educação encaminhou o ofício nº 112/2024-SEMED, à Comissão Permanente de Licitação com as documentações pertinentes solicitando providências quanto à elaboração do **2º termo aditivo de prazo** ao contrato mencionado.

Por sua vez, a CPL encaminhou os autos à Procuradoria jurídica municipal para emissão de parecer quanto à elaboração do presente termo aditivo o qual opinou favoravelmente à prorrogação de prazo do referido contrato na forma solicitada, conforme a seguir: "Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam a análise dessa assessoria jurídica, que após atestada a presença de todos os requisitos elencados neste parecer, será juridicamente válida a realização do 2º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 275/2022 para prorrogar a vigência até 18/08/2024, nos termos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

Foi solicitado pela CPL à Contabilidade informações acerca de existência de recursos orçamentários do exercício de 2024. Informações estas positivadas através do memorando nº 025/2024 - contabilidade. Consta solicitação de declaração de adequação orçamentária e autorização de 2º Termo Aditivo de Prazo. Constam declaração de adequação

orçamentária e financeira e autorização de abertura do 2º termo aditivo de prazo.

Finalmente, e após parecer favorável da Procuradoria Geral, vieram os autos a este Controle Interno para apreciação e manifestação.

É o relatório!

III. DA ANÁLISE E DISPOSIÇÕES GERAIS DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

O presente processo foi instruído com base no artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que permitem à Administração Pública prorrogação de prazo na forma pretendida desde que devidamente justificados pelas autoridades competentes.

A Lei de Licitações prescreve que o prazo de duração dos contratos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Para viabilizar juridicamente esta faculdade, Administração deve consignar no ato originário de contrato a possibilidade de prorrogação desse prazo.

No presente caso, constata-se que a prorrogação do prazo contratual concretiza o suporte fático da norma contida no art. 57, §1º, II, da Lei de Licitações assim como o contrato originário em sua cláusula específica, admite a prorrogação de prazo submetida à análise.

Assim sendo, vale frisar o aspecto vinculativo da minuta, fazendo-se constar no Termo Aditivo a ratificação de todas as cláusulas e condições do contrato em curso.

Foi requerida a prorrogação de prazo contratual em mais **180 (cento e oitenta) dias**, justificando sua solicitação, conforme já mencionado.

No que diz respeito à prorrogação de contratos, a Lei nº 8.666/93, admite tal possibilidade, desde que observadas determinadas situações, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e